



SECRETARIA GERAL DO SÍNODO

PISTAS PARA A FASE DE IMPLEMENTAÇÃO DO SÍNODO

2025 - 2028



Por uma Igreja sinodal
comunhão | participação | missão

“**somos “uma Igreja missionária, uma Igreja que constrói pontes, que constrói o diálogo, sempre aberta para acolher a todos, como esta Praça, de braços abertos, a todos aqueles que precisam da nossa caridade, da nossa presença, de diálogo e de amor” (Leão XIV)**

Estamos vivendo um tempo de grande intensidade espiritual. A morte do Papa Francisco tocou-nos a todos profundamente e continuamos a pedir ao Senhor que o acolha na sua paz e lhe conceda a recompensa pelo seu serviço à Igreja. Ao mesmo tempo, damos graças a Deus pela eleição do Santo Padre Leão XIV, que imediatamente nos estimulou a continuar o nosso compromisso no caminho sinodal, lembrando-nos que somos **“uma Igreja missionária, uma Igreja que constrói pontes, que constrói o diálogo, sempre aberta para acolher a todos**, como esta Praça, de braços abertos, a todos aqueles que precisam da nossa caridade, da nossa presença, de diálogo e de amor”¹.

É esta mesma convicção que anima o *Documento final* (DF) da XVI Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos, “Por uma Igreja Sinodal. Comunhão, participação, missão”, que foi aprovada no final da Segunda Sessão da Assembleia Sinodal, em 26 de outubro de 2024. **A forma sinodal da Igreja está ao serviço da sua missão**, e qualquer mudança na vida da Igreja visa torná-la mais capaz de anunciar o Reino de Deus e de testemunhar o Evangelho do Senhor aos homens e mulheres do nosso tempo. Esta é a chave para interpretar fielmente o DF e, acima de tudo, para o pôr em prática. Vivemos num mundo que entra numa espiral de violência e de guerra sem fim, que tem cada vez mais dificuldade em construir oportunidades de encontro e diálogo, em vista do bem comum e da paz. Mais do que nunca, o mundo precisa de uma Igreja que saiba ser, em Cristo, como “o sacramento, ou sinal, e o instrumento da íntima união com Deus e da unidade de todo o género humano” (*Lumen gentium*, 1; cf. DF, 56). Nos diferentes contextos deste mundo, o Sínodo “constitui um ato de ulterior receção do Concílio, prolongando a sua inspiração e relançando a sua força profética para o mundo de hoje” (DF, 5).

É a urgência desta missão que nos impele no caminho de realização do Sínodo, tarefa pela qual todos os batizados são corresponsáveis. Muitas Igrejas locais, em todas as partes do mundo, o estão seguindo com entusiasmo. Queremos agradecer-las e convidá-las a continuar o caminho com generosidade: estão concretizando um compromisso precioso para toda a Igreja. Este texto pode oferecer a elas um horizonte com o qual se podem confrontar e, sobretudo, as convida a partilhar as suas iniciativas, contribuindo para um discernimento eclesial mais amplo. Outras Igrejas ainda se estão perguntando como realizar a fase de implementação ou estão nos estágios iniciais. Encorajamo-las a avançar com coragem, enfrentando as resistências e dificuldades, práticas ou de mérito, com liberdade e *parresia*: também elas têm um precioso contributo a oferecer e seria uma perda para toda a Igreja se a sua voz se calasse.

¹ LEÃO XIV, *Primeira saudação e bênção*, 8 de maio de 2025.

A Secretaria Geral do Sínodo permanece à disposição de todas elas, para ouvir, acompanhar, apoiar os seus esforços e, sobretudo, contribuir para animar o diálogo e o intercâmbio de dons entre as Igrejas, em benefício de toda a Igreja e da sua unidade. É assim que queremos levar a cabo a tarefa de acompanhar a fase de implementação do Sínodo que nos foi confiado pelo Papa Francisco no passado dia 11 de março e que o Papa Leão XIV confirmou no passado dia 26 de junho, por ocasião do seu primeiro encontro com o XVI Conselho Ordinário da Secretaria Geral do Sínodo, encorajando-nos a seguir em frente. A intenção é assegurar que prossigamos tendo em mente (e no coração) a unidade da Igreja “harmonizando a aplicação nos diferentes contextos eclesiais”², sem de modo algum desvirtuar a responsabilidade de cada Igreja local. Colocando-se “de acordo com as indicações do Documento final, o objetivo é **tornar concreta a perspectiva do intercâmbio de dons entre as Igrejas e na Igreja inteira** (cf. DF, 120-121)»³.

As *Pistas* aqui propostas situam-se na perspectiva deste serviço. Dirigimo-las a todo o Povo de Deus, que é o sujeito do caminho sinodal, e em particular aos Bispos e Eparcas, aos membros das equipas sinodais e a todos aqueles que, a vários títulos, estão comprometidos com a fase de implementação, com o objetivo de lhes fazer sentir o nosso apoio e continuar o diálogo que caracterizou todo o processo sinodal. Com efeito, o conteúdo das *Pistas* radica nos estímulos recebidos das Igrejas ao longo dos últimos meses e nos frutos das experiências que partilharam. **Com base nas contribuições e perguntas que receberá das Igrejas e naquilo que se revelará útil, a Secretaria do Sínodo oferecerá mais estímulos e instrumentos** para acompanhar e apoiar o esforço comum, na esperança de colaborar para tornar ainda mais fecunda a fase de implementação do Sínodo.

Confiamos à intercessão de Maria, Rainha dos Apóstolos e Mãe da Igreja, e dos Santos Apóstolos Pedro e Paulo, cuja solenidade hoje celebramos, mais um passo no caminho sinodal que, como Povo de Deus, estamos percorrendo juntos.

Vaticano, 29 de junho de 2025
Solenidade dos SS. Apóstolos Pedro e Paulo

Mario Card. Grech
Secretário Geral

² *Carta sobre o processo de acompanhamento da fase de implementação do Sínodo*, 15 de março de 2025, <<https://press.vatican.va/content/salastampa/it/bollettino/pubblico/2025/03/15/0186/00366.html#po>>.

³ *Ibid.*

Apresentação

As presentes *Pistas*, elaboradas pela Secretaria Geral do Sínodo com o parecer favorável do seu Conselho Ordinário e aprovadas pelo Santo Padre Leão XIV, inserem-se no âmbito do serviço de acompanhamento da fase de implementação do Sínodo pela própria Secretaria Geral. Elas têm uma dupla finalidade. Por um lado, pretendem oferecer às Igrejas locais de todo o mundo um **quadro de referência comum** que facilite o caminhar juntos e, por outro lado, promover o **diálogo** que conduzirá toda a Igreja à Assembleia eclesial de outubro de 2028, segundo as seguintes etapas, já comunicadas na Carta de 15 de março último:

- de junho de 2025 – a dezembro de 2026: percursos de implementação nas Igrejas locais e nos seus agrupamentos;
- primeiro semestre de 2027: Assembleias de avaliação nas Dioceses e Eparquias;
- segundo semestre de 2027: Assembleias de avaliação nas Conferências episcopais nacionais e internacionais, nas Estruturas hierárquicas orientais e noutros agrupamentos de Igrejas;
- primeiro quadrimestre de 2028: Assembleias continentais de avaliação;
- outubro de 2028: Assembleia Eclesial no Vaticano.

O texto das *Pistas*, ao qual outros se seguirão tendo por base as exigências que se venham a manifestar, desenha o perfil da fase de implementação, respondendo a algumas questões fundamentais que nos últimos meses foram muitas vezes enviadas à Secretaria. Está estruturado de acordo com o seguinte esquema:

1. O que é a fase de implementação e quais são os seus objetivos?

2. Quem participa na fase de implementação? Com que tarefas e responsabilidades?

- 2.1. A responsabilidade do Bispo diocesano ou eparquial.
- 2.2. A tarefas das equipas sinodais e dos organismos de participação
- 2.3. O papel dos agrupamentos de Igrejas
- 2.4. O serviço da Secretaria Geral do Sínodo

3. Como utilizar o DF na fase de implementação?

- 3.1. Preservar a visão de conjunto
- 3.2. Investir na concretude das práticas

4. Com que método e com quais instrumentos avançar na fase de implementação?

- 4.1. O discernimento eclesial
- 4.2. Traçar e acompanhar os processos em estilo sinodal.

“ A fase de implementação tem como objetivo experimentar práticas e estruturas renovadas, que tornem a vida da Igreja

1. O que é a fase de implementação e quais são os seus objetivos?

Esta é a última das três fases do Sínodo previstas nos art. 19-21 da Constituição Apostólica *Episcopalis communio* (EC, 15 de setembro de 2018); ela segue a fase de consulta e escuta do Povo de Deus (realizada em 2021-2023) e a fase celebrativa, que viu acontecer as duas Sessões da Assembleia do Sínodo dos Bispos (outubro de 2023 e outubro de 2024) e completou o discernimento realizado com base na escuta do Povo de Deus. Como explica a EC: “o processo sinodal tem não apenas o ponto de partida, mas também o seu ponto de chegada no Povo de Deus, sobre o qual se devem derramar os dons de graça concedidos pelo Espírito Santo por meio da assembleia dos Pastores” (nº 7).

A fase de implementação foi aberta pelo Papa Francisco com a *Nota de acompanhamento* de 24 de novembro de 2024, com a qual entregou o DF a toda a Igreja. Num ato sem precedentes na história da instituição sinodal, declarou que o **DF “faz parte do Magistério ordinário do Sucessor de Pedro** (cf. EC 18, § 1; CCC 892)” e pediu que fosse aceito como tal. **É, portanto, o DF, na sua totalidade, o ponto de referência para a fase de implementação.** Ao mesmo tempo, a *Nota* recorda que a sua aplicação requer várias mediações: “As Igrejas locais e os agrupamentos de Igrejas são agora chamados a implementar, nos diversos contextos, as indicações autorizadas contidas no Documento, através dos processos de discernimento e de decisão previstos pelo direito e pelo próprio Documento”.

A fase de implementação tem como objetivo experimentar práticas e estruturas renovadas, que tornem a vida da Igreja cada vez mais sinodal, partindo da perspectiva global delineada pelo DF, com vista a um desempenho mais eficaz da missão evangelizadora. Este trabalho inclui o necessário aprofundamento teológico e canônico e, sobretudo, um compromisso para discernir o que é mais apropriado e potencialmente mais fecundo nos diferentes contextos locais. Concretamente, a prioridade é a de oferecer ao Povo de Deus novas oportunidades para caminhar juntos e refletir sobre estas experiências, a fim de colher os frutos em relação a missão e compartilhá-los.

A ênfase na importância de fazer experiência não significa que a fase de implementação consista em algum tipo de exercício ou numa tarefa adicional exigida por Roma: faz parte da vida ordinária das Igrejas e inspira as suas práticas cotidianas. **Cada Igreja local, cada comunidade paroquial poderá praticar a sinodalidade dentro da sua própria pastoral ordinária,** melhorando o modo como realiza a própria missão através do discernimento eclesial que o Espírito Santo nos exige hoje. O DF convida as Igrejas locais a **identificarem também “percursos formativos para realizar uma conversão sinodal palpável nas várias realidades eclesiais”** (DF, 9). Portanto, a fase de implementação visa ter um impacto perceptível na vida da Igreja e no funcionamento das suas estruturas e instituições. Se se limitasse à formulação de hipóteses abstratas, não atingiria o seu objetivo e, sobretudo, dissiparia o capital de entusiasmo e energia que o processo sinodal suscitou até agora.

Além disso, a fase de implementação é **uma oportunidade para manter vivo aquele intercâmbio de dons que faz crescer a comunhão das Igrejas locais dentro da única Igreja**, manifestando a sua catolicidade respeitando as legítimas diversidades. Destas últimas, brota aquela criatividade que inspira novas formas de praticar a sinodalidade e fortalece a fecundidade na missão. Por isso, é necessário que os frutos das experiências realizadas nos diferentes contextos sejam difundidos e partilhados, alimentando o diálogo entre as Igrejas. Na fase de implementação, portanto, surge um novo processo de diálogo em cada Igreja e entre as Igrejas, tendo por base o DF.

É importante sublinhar também que a fase de implementação não é um retrocesso, nem propõe uma pura repetição do que já foi vivido: os passos e os objetivos são muito diferentes. **O ponto de referência é o DF**, que exprime o consenso alcançado no final do discernimento dos Pastores de todas as Igrejas e que, como parte do Magistério ordinário do Sucessor de Pedro, compromete todo o Povo de Deus, indicando a direção a seguir. Na verdade, a experiência de várias Igrejas nesses últimos meses mostra como é fecundo reconectar-se com o caminho percorrido nas fases anteriores e com o que foi aprendido através dele, com o objetivo de devolver à Igreja local os frutos do processo que envolveu as outras Igrejas e a Igreja inteira.

Crescer como Igreja sinodal exige um saber que se aprende só através da experiência e nos abre uma via para o encontro com o Senhor. Foi isto que os participantes na Assembleia Sinodal experimentaram em primeira mão; não é por acaso que o DF começa testemunhando como “vivendo a conversação no Espírito, escutando-nos uns aos outros, apercebemo-nos da sua presença no meio de nós: a presença d’Aquele que, ao conceder o Espírito Santo, continua a suscitar no seu Povo uma unidade que é harmonia das diferenças” (DF, 1). Esta é também a experiência que se viveu e continua a viver nas Igrejas locais e nos vários agrupamentos de Igrejas.

A fase de implementação teve início pouco antes da abertura do Jubileu da Esperança. Esta coincidência convidou-nos a assumir um compromisso importante para os meses seguintes: o **Jubileu das Equipas sinodais e dos organismos de participação**, previsto para 24 a 26 de outubro de 2025, cuja organização está confiada à Secretaria Geral do Sínodo. Será uma graça poder viver juntos um momento profundo de espiritualidade, em união com todo o Povo de Deus, e será também uma oportunidade para tecer laços, trocar experiências e nos sintonizar melhor em vista dos próximos compromissos.

2. Quem participa na fase de implementação?

Com que tarefas e responsabilidades?

A fase de implementação é um processo eclesial em sentido pleno, que envolve todas as Igrejas como sujeito da recepção do DF e, portanto, todo o Povo de Deus, mulheres e homens, na variedade de carismas, vocações e ministérios com que se enriquece e nas diferentes articulações em que a sua vida se realiza concretamente (pequenas comunidades cristãs ou comunidades eclesiais de base, paróquias, associações e movimentos, comunidades de consagrados e consagradas, etc.). Sendo a sinodalidade uma “dimensão constitutiva da Igreja” (DF, 28), não pode ser um caminho limitado a um núcleo de “torcedores”. Pelo contrário, **é importante que este novo processo contribua concretamente “alargar as possibilidades de participação e de exercício da corresponsabilidade diferenciada de todos os Batizados, homens e mulheres”** (DF, 36), num espírito de reciprocidade; além disso, é fundamental que vise envolver aqueles que até agora permaneceram à margem do caminho de renovação eclesial constituído pelo Sínodo, como “pessoas e grupos de diferentes identidades culturais e condições sociais, especialmente os pobres e os excluídos” (*ibid.*). Muitas Igrejas criaram percursos que têm como objetivo tornar ordinário nas suas vidas o compromisso de ser uma Igreja que escuta, assim como muitas apontam que a escuta dos jovens é uma prioridade. Além disso, é necessário um cuidado especial para escutar aqueles que manifestaram perplexidade e resistência ao processo sinodal: para caminharmos verdadeiramente juntos, não podemos perder o contributo do seu ponto de vista.

Por isso, todas as Igrejas são convidadas a **continuar a procurar instrumentos de escuta adequados aos mais variados contextos em que a comunidade cristã vive e atua**, não se limitando apenas ao espaço paroquial, como em alguns casos aconteceu durante a fase de escuta, mas envolvendo também escolas e universidades, centros de escuta e acolhimento, hospitais e prisões, o ambiente digital, etc. Ao mesmo tempo, a fase de implementação representa uma ocasião propícia para **reforçar as relações entre os diferentes componentes da comunidade cristã**, “para dar vida a um intercâmbio de dons ao serviço da missão comum” (DF, 65), que envolva as comunidades e as realidades apostólicas ligadas aos Institutos de vida consagrada e às Sociedades de vida apostólica, assim como Associações, Movimentos e Novas Comunidades. “Muitas vezes é a sua ação, juntamente com a de tantas pessoas individuais e grupos informais, que leva o Evangelho aos mais diversos lugares” (DF, 118) e o caminho de uma Igreja sinodal necessita deste dinamismo.

2.1. A responsabilidade do Bispo diocesano ou eparquial

Precisamente por se tratar de um processo eclesial no sentido mais pleno do termo, **o primeiro responsável pela fase de implementação em cada Igreja local é o bispo diocesano ou eparquial**: cabe-lhe abri-la, indicar oficialmente os tempos, métodos e objetivos, acompanhar o seu desenvolvimento e concluí-la, validando os seus resultados. Será uma ocasião oportuna para praticar um exercício da autoridade em estilo sinodal, na linha do que afirma o DF: “Quem é ordenado Bispo não recebe prerrogativas e tarefas que deve desempenhar sozinho. Pelo contrário, recebe a graça e a tarefa de reconhecer, discernir e compor em unidade os dons que o Espírito derrama sobre as pessoas e sobre as

comunidades, trabalhando dentro do vínculo sacramental com os Presbíteros e os Diáconos, que com ele são corresponsáveis pelo serviço ministerial na Igreja local” (DF, 69). Quem recebe este dom e realiza esta tarefa pode reconhecer e confirmar com autoridade a qualidade sinodal do caminho feito em conjunto pela comunidade eclesial e dos frutos que ela produziu, promovendo assim aquela unidade da Igreja que, como já dizia São João Paulo II, “não é a uniformidade, mas a integração orgânica das legítimas diversidades” (*Novo millennio ineunte*, 46, citado em DF, n. 39), e manifestando a ação do Espírito, mestre da harmonia. O Espírito Santo atua com liberdade, inspirando iniciativas no Povo de Deus onde o julga mais oportuno: a tarefa da autoridade é reconhecer estes dons, acolher o convite a alargar o olhar que eles sempre contêm, favorecer a sua fecundidade e promover a diversidade, de modo a enriquecer as possibilidades de intercâmbio dos dons que nutrem a comunhão eclesial.

Como “princípio e fundamento visível da unidade nas suas respectivas igrejas” (*Lumen gentium*, 23), os Bispos são chamados a inspirar e apoiar a participação no processo sinodal de todos os membros da porção do Povo de Deus que lhes foi confiada. De fato, em cada Diocese ou Eparquia, há alguns que têm por ela um desejo vivo – que deve ser ouvido – e que estão dispostos a comprometer-se com entusiasmo e poderão também oferecer sugestões válidas. Outros, pelo contrário, precisam de ajuda para se abrirem à ação do Espírito, antes de mais nada colocando-se à escuta das suas resistências. Para levar a bom termo esta tarefa, os Bispos diocesanos ou eparquiais não podem deixar de envolver, além do Bispo coadjutor e dos Bispos auxiliares que podem estar presentes;

- a) os **Presbíteros** e os **Diáconos**. Compete a eles, de fato, colaborar com o Bispo “no discernimento dos carismas e no acompanhamento e orientação da Igreja local, com uma atenção particular ao serviço da unidade” (DF, 72). Como recorda o DF, “a experiência do Sínodo pode ajudar Bispos, Presbíteros e Diáconos a redescobrir a corresponsabilidade no exercício do ministério” (DF, 74) e a dimensão sinodal do seu ministério. Além disso, desta forma, será também possível promover um maior envolvimento dos sacerdotes;
- b) os **organismos de participação a nível diocesano** (Conselho presbiteral, Conselho pastoral e Conselho para assuntos económicos), que, nas modalidades próprias de cada um, estão envolvidos nos processos de discernimento eclesial e na elaboração das decisões que a implementação do Sínodo inevitavelmente implica. Como recorda o DF, “é oportuno intervir no funcionamento destes organismos, começando pela adoção de uma metodologia de trabalho sinodal” (DF, 105);
- c) a **equipa sinodal diocesana/eparquial**, que é responsável, em particular, pela animação do processo (cf. parágrafo imediatamente a seguir).

Em muitos lugares, a experiência mostrou que a adoção de procedimentos sinodais para o discernimento eclesial e a elaboração de decisões em estilo sinodal, com base nos nn. 87-94 do DF, não diminui, mas sim consolida a autoridade do Bispo e facilita a aceitação e execução das decisões tomadas.

2.2. A tarefa das equipas sinodais e dos organismos de participação

A experiência da fase de consulta mostrou quão valioso foi o trabalho das equipas sinodais: nomeadas e acompanhadas pelo Bispo, são instrumentos fundamentais para a animação ordinária da vida sinodal das Igrejas locais. O seu contributo será também

fundamental na fase de implementação: por esta razão, as equipas existentes terão de ser reforçadas e possivelmente renovadas; as equipas suspensas terão de ser reativadas e oportunamente integradas e terão de ser formadas novas equipas onde não tenham sido previamente estabelecidas.

Os critérios para a sua composição continuam a ser aqueles já indicados durante a fase de consulta e de escuta: **Leigas e Leigos, Presbíteros e Diáconos, Consagradas e Consagrados de diferentes idades e portadores de diferentes culturas e modelos de formação, representando os diferentes ministérios e carismas da Igreja**. Por esta razão, não é possível definir regras de composição universalmente válidas. Valorizando a experiência adquirida até este momento, podemos oferecer alguns pontos de reflexão:

Para favorecer a conexão com a vida e a pastoral da Diocese, seria bom que alguns dos responsáveis diocesanos fizessem parte dela. Para assegurar a orientação missionária e evitar o risco de fechamentos autorreferenciais, exatamente como para os organismos de participação (cf. DF, 106), seria bom prever que as equipas sinodais incluíssem também **pessoas empenhadas no testemunho e no serviço apostólico** na vida ordinária e nas dinâmicas sociais. Além disso, poder-se-ia avaliar a oportunidade de convidar, como observadores, também alguns representantes de outras Igrejas e comunidades cristãs ou de outras religiões. Nada impede que o Bispo faça parte da equipa sinodal; se tal não acontecer, deve ser regularmente informado sobre o seu trabalho e reunir-se com ela sempre que oportuno. Quanto às exigências de cada membro, o conhecimento do DF é certamente fundamental, juntamente com a experiência direta das dinâmicas sinodais, em particular as vividas durante a fase de consulta e escuta. Nos últimos anos, têm surgido escolas ou iniciativas de formação em sinodalidade a nível nacional e internacional, as quais também se podem recorrer para tornar mais sólida a preparação dos membros das equipas sinodais.

As equipas sinodais com uma composição adequadamente variada poderão tornar-se mais facilmente laboratórios de sinodalidade, experimentando dentro de si mesmas as dinâmicas que são chamadas a promover no Povo de Deus. O seu papel na fase de implementação é, antes de mais, promover e facilitar o crescimento do dinamismo sinodal dentro dos contextos concretos em que cada Igreja local vive; identificar as ferramentas e metodologias adequadas, incluindo propostas de formação; e levar a cabo as iniciativas adequadas para que sejam dados os passos necessários. As equipas sinodais são ordinariamente constituídas a nível diocesano ou epárquico, mas, sempre que possível, é também desejável a sua presença a nível decanal ou paroquial. Experiências interessantes já estão se desenvolvendo em vários contextos eclesiais, que mostram como essas equipas, devidamente interligadas, podem contribuir para tornar o processo sinodal mais amplo e participativo. Além disso, faz parte da tarefa da animação promover a disponibilidade e a formação dos facilitadores e coordenar o seu trabalho.



**As equipas sinodais com uma
composição adequadamente variada
poderão tornar-se mais facilmente
laboratórios de sinodalidade**

O âmbito de competência das equipas sinodais não se sobrepõe, mas articula-se com a dos organismos de participação, em chave de busca de sinergias. As equipas sinodais são constituídas para o serviço de animação e formação sinodal da Diocese ou Eparquia. Os organismos de participação são chamados a desempenhar a tarefa propositiva e consultiva que lhes é atribuída pelo direito canónico. Por isso, cabe-lhes contribuir na elaboração das decisões necessárias à implementação do Sínodo, com o discernimento das prioridades pastorais ou a renovação das estruturas e dos processos de decisão. Uma conexão regular e uma circulação pontual de informações tornarão o trabalho de todos mais fluido.

Por fim, as equipas sinodais terão a tarefa de ajudar a **recolher os frutos do processo de implementação**, tendo também em vista a fase de avaliação e as várias Assembleias previstas a partir de 2027. Também neste caso, caberá ao Bispo reconhecer e confirmar a validade da síntese no que diz respeito ao caminho feito em conjunto pela comunidade diocesana.

2.3. O papel dos agrupamentos de Igrejas

O DF, também nisto radicado no Concílio, tem o cuidado de sublinhar que **as Igrejas locais não são entidades isoladas**, mas colocadas dentro dos laços de comunhão que as unem entre si, em particular através da comunhão dos Bispos entre si e com o Romano Pontífice.

Em muitos casos os laços são informais, fruto da história, da proximidade geográfica, de geminações, das migrações, talvez de encontros ocasionais entre pessoas e, hoje em dia, cada vez mais frequentemente, também de interações através dos meios digitais, etc. Na nossa sociedade fortemente conectada, nenhuma Diocese ou Eparquia pode pensar em viver isolada, sem ser afetada, para o bem ou para o mal, pelo que acontece nas outras. Estes vínculos espontâneos e informais, independentes de um planeamento deliberado, são uma consequência do tempo em que vivemos, mas constituem, sobretudo, uma riqueza e um recurso a ter em conta para promover uma experiência cada vez mais articulada do “nós” eclesial.

Em outros casos, estes laços assumem uma forma mais estrutural, regida pelo direito, dando origem a instituições como as metrópoles ou províncias eclesiásticas e, sobretudo, as Conferências episcopais (nacionais e regionais) e os Sínodos das Igrejas *sui iuris*, bem como as Reuniões continentais de Conferências episcopais. Estas estruturas desempenham também um papel na fase de implementação, que o DF indica sucintamente da seguinte forma: “Sugerimos que as Conferências episcopais e os Sínodos das Igrejas *sui iuris* dediquem pessoas e recursos para acompanhar o caminho de crescimento como Igreja sinodal em missão e para manter o contacto com a Secretaria Geral do Sínodo” (DF, 9).



Na nossa sociedade fortemente conectada, nenhuma Diocese ou Eparquia pode pensar em viver isolada

Trata-se, portanto, de um duplo papel. Em primeiro lugar, é-lhes pedido que: **apoiem os processos** em curso a nível local, especialmente onde ainda se encontram na fase inicial, estimulando as Igrejas locais; **incentivem a coordenação** e o trabalho em rede das equipas sinodais diocesanas; ofereçam formação, tendo em conta as propostas das escolas e as iniciativas de formação em sinodalidade presentes nos diferentes territórios (em particular para os membros das equipas e para aqueles que estão mais diretamente envolvidos na animação do processo de implementação); **promovam a reflexão teológica e pastoral**, em particular tendo em vista de uma melhor inculturação no contexto local dos materiais preparados pela Secretaria Geral. A realização destas tarefas a nível local seria mais onerosa e implicaria uma duplicação de esforços: por isso, num espírito de subsidiariedade, elas podem ser mais bem realizadas ao nível dos agrupamentos de Igrejas, sem que isso isente as Igrejas locais do seu protagonismo.

A segunda linha de ação diz respeito à **interface de comunicação com a Secretaria Geral do Sínodo**, que crescerá em importância em certos momentos, por exemplo, quando for necessário recolher os contributos das Igrejas locais, organizando-os em sínteses nacionais. Serão fornecidas indicações mais práticas à medida que forem clarificados os contornos e os prazos desta fase. As Conferências episcopais podem, em todo o caso, contar com a disponibilidade do apoio da Secretaria Geral para ajudar a tratar eventuais dificuldades que surjam pelo caminho.

Para desenvolver esta dupla tarefa, **será importante proceder à reativação e à renovação das equipas sinodais nacionais e continentais**, na linha de tudo o que foi dito sobre as equipas locais. Serão estas a levar adiante o trabalho concreto.

Acrescenta-se ainda uma terceira tarefa: o DF reconhece nas Conferências episcopais um instrumento para expressar e realizar a colegialidade episcopal e promover a comunhão entre as Igrejas. A sinodalidade interpela, portanto, também as modalidades concretas do seu funcionamento. O número 125 do DF contém algumas indicações específicas a este respeito, que claramente não podem ser assumidas individualmente pelas Igrejas locais. Por isso, será importante que os agrupamentos de Igrejas ativem uma reflexão e uma **experimentação de modalidades sinodais de proceder** ao seu nível, cujos resultados contribuirão para a fase de avaliação.

2.4. O serviço da Secretaria Geral do Sínodo

À Secretaria Geral do Sínodo foi confiada, primeiro pelo Papa Francisco e depois pelo Papa Leão XIV, o papel de animação e coordenação através de um percurso de acompanhamento ao longo do quadriénio 2025-2028.

Neste quadro, uma primeira tarefa da Secretaria Geral é a de **alimentar a comunhão** no espírito do intercâmbio de dons e na perspectiva da “conversão dos vínculos” (DF, *Parte IV*) entre as Igrejas. Instrumentos importantes para este fim são a escuta das experiências realizadas nos diferentes contextos eclesiais e a promoção de uma reflexão partilhada sobre elas, para que juntos possamos reconhecer a voz do Espírito e orientar os nossos passos na direção que Ele nos indica. A Secretaria Geral está chamada a favorecer um diálogo contínuo entre as Igrejas, facilitando a comunicação e a confrontação recíproca, em primeiro lugar através dos agrupamentos de Igrejas, especialmente a nível continental. Para este efeito, se colocará na escuta das Igrejas locais e recolherá os seus comentários, com base nos quais preparará notas e subsídios, e fará circular informações e sugestões. Além disso, proporá

momentos de encontro que favoreçam a escuta recíproca, a partilha do caminho e dos seus frutos e a expressão partilhada da gratidão ao Senhor.

O primeiro destes momentos de encontro será já o do próximo Jubileu das equipas sinodais e dos organismos de participação (24-26 de outubro de 2025). Indicações mais precisas sobre as modalidades de organização de outros eventos e a coleta de *feedback* serão enviadas à medida do avanço do processo. Por enquanto, para assegurar um fluxo ordenado de comunicação e permitir uma coordenação mais eficaz, é essencial que cada Diocese ou Eparquia registre a sua própria equipa sinodal na base de dados da Secretaria Geral do Sínodo⁴. Pedimos a cada Bispo e Eparca que verifique se isso foi feito.

Uma segunda tarefa da Secretaria é a do **acompanhamento dos Bispos diocesanos e eparquiais, e das equipas sinodais**, principalmente através do diálogo com as estruturas apropriadas ativadas pelos agrupamentos de Igrejas, particularmente a nível continental. No entanto, na medida do possível, a Secretaria Geral está também disponível para acompanhar cada uma das Igrejas locais, bem como os Institutos de vida consagrada e as Sociedades de vida apostólica, as Associações, os Movimentos e as Novas Comunidades, ou outras instituições eclesiais que o solicitem, com atenção prioritária para as Igrejas com menos recursos. **A Secretaria Geral compromete-se a ter sempre “a porta aberta”⁵**, para atender às exigências, às intuições e às propostas que cheguem das Igrejas locais, e para facilitar o seu trabalho procurando dar resposta aos pedidos que sejam enviados a propósito dos conteúdos e das metodologias da fase de implementação.

Um ponto de especial importância é o de **encorajar as Igrejas para que o seu caminho se faça de maneira sinodal**. A experiência daqueles que já iniciaram a fase de implementação confirma que o conteúdo e as decisões são importantes, mas também a forma como são abordados. Estruturas e normas adequadas são indispensáveis, mas não são suficientes. A perspetiva e a beleza de ser Igreja sinodal têm sido compreendidas na sua riqueza pelas comunidades que fizeram experiência direta de escuta e de participação nos processos de discernimento e toma de decisão. É a esta experiência concreta e partilhada, sob a orientação dos Pastores, muitas vezes marcada pela alegria do Evangelho, que a Secretaria pretende continuar a oferecer o seu serviço atento e pontual.

Uma terceira tarefa consiste em continuar a **coordenar os Grupos de Estudo**, em colaboração com os Dicasterios competentes da Cúria Romana, nos quais participam também Pastores e peritos de todos os continentes. O Papa Leão XIV confirmou esta tarefa e também a adição de dois novos Grupos de Estudo (respetivamente sobre “A Liturgia em Perspetiva Sinodal” e sobre “O estatuto das Conferências episcopais, das Assembleias eclesiais e dos Conselhos particulares”). Cabe também à Secretaria assegurar que as decisões do Papa, que também amadurecem com base nos resultados destes grupos, sejam harmoniosamente integradas no caminho sinodal em curso. Sempre na perspetiva do aprofundamento das questões que emergem durante o percurso sinodal, a Secretaria promoverá também conferências e seminários de estudo, incentivando momentos de reflexão partilhada e de elaboração teológica e pastoral.

⁴ A inscrição das equipas sinodais no banco de dados da Secretaria Geral do Sínodo é feita através do link que deve ser solicitado escrevendo para o endereço synodus@synod.va. Esta inscrição não coincide com a do Jubileu das equipas sinodais e dos organismos de participação.

⁵ O endereço de e-mail ao qual escrever é o seguinte: synodus@synod.va

Finalmente, de particular importância será a tarefa de **acompanhar a organização das Assembleias continentais de avaliação (1º quadrimestre de 2028) e de organizar a Assembleia eclesial de outubro de 2028**. Face a tudo isto, é bom reiterar que a avaliação não é uma forma de julgamento ou de controle, mas uma oportunidade para nos interrogarmos em que ponto estamos no percurso de implementação e de conversão, iluminando os progressos realizados e identificando áreas a melhorar (cf. DF, 100); as Assembleias eclesiais previstas para 2027-2028 nos diferentes níveis devem ser entendidas nesta linha e serão ocasiões para celebrar os dons recebidos, de modo a continuar a crescer juntos como Igreja sinodal comprometida em cumprir a missão recebida de Cristo nas circunstâncias concretas do nosso tempo; serão também uma oportunidade para pôr em prática formas concretas de conjugar sinodalidade, colegialidade e primado, de forma fiel e criativa na perspetiva da corresponsabilidade diferenciada.

Indicações mais precisas sobre as modalidades de realização e sobre os temas da ordem do dia destas Assembleias emergirão do percurso de diálogo que as precede, bem como dos resultados do novo Grupo de Estudo que tem entre as suas tarefas também a reflexão sobre as mesmas. O que já se pode antecipar é que elas serão uma oportunidade para partilhar experiências de renovação de práticas e estruturas num sentido sinodal que cada Igreja considera suficientemente consolidadas, de modo a submetê-las ao Santo Padre para uma validação definitiva, e oferecerão também a oportunidade de começar a enfrentar juntos as questões que não deixarão de emergir ao longo do percurso.



é bom reiterar que a avaliação não é uma forma de julgamento ou de controle, mas uma oportunidade para nos interrogarmos em que ponto estamos no percurso de implementação e de conversão, iluminando os progressos realizados e identificando áreas a melhorar



a leitura do DF deve ser apoiada e alimentada pela oração, tanto comunitária quanto pessoal, centrada em Cristo, mestre da escuta e do diálogo (cf. DF, 51) e aberta à ação do Espírito

3. Como utilizar o DF na fase de implementação?

O DF é o ponto de referência da fase de implementação: por isso é tão abundantemente citado aqui. Conseqüentemente, é essencial promover o seu conhecimento, especialmente por parte dos membros das equipas sinodais e daqueles que, a diferentes níveis, são chamados a animar o processo de implementação. Sendo o DF um texto rico e orgânico, será oportuno prever (a nível local, nacional ou regional) momentos e/ou instrumentos de formação, acompanhamento e orientação á leitura, que permitam apreender a inspiração que o anima e não apenas ter uma ideia das questões tratadas.

Em primeiro lugar, **a leitura do DF deve ser apoiada e alimentada pela oração, tanto comunitária quanto pessoal, centrada em Cristo, mestre da escuta e do diálogo** (cf. DF, 51) **e aberta à ação do Espírito**: uma análise abstrata do texto não será suficiente. De fato, o DF propõe á inteira Igreja e a cada batizado a perspectiva de um caminho de conversão: “o chamamento à missão é, ao mesmo tempo, chamamento à conversão de cada Igreja local e da Igreja inteira” (DF, 11). Como qualquer caminho de conversão, implica um caminho de aprofundamento e purificação interior, que será seguido no plano pessoal por uma mudança nas escolhas, nos comportamentos e nos estilos de vida. No plano comunitário, a renovação das categorias de pensamento e cultura em sentido sinodal será o terreno onde poderão germinar novas práticas e estruturas renovadas.

O DF é um texto orgânico, animado pelo seu próprio dinamismo interno, como consequência do longo processo de escuta, confrontação e discernimento do qual é o fruto. Não pode, portanto, ser considerado como uma coletânea de indicações sobre temas díspares que podem ser levadas em consideração separando-as do contexto em que foram formuladas. Isso impediria de colher o seu significado e, portanto, de orientar corretamente a sua implementação. A sua própria estrutura evidencia isso.

A *Parte I*, de fato, exprime a compreensão comum da sinodalidade, fruto do caminho percorrido, e esboça os seus fundamentos teológicos e espirituais, radicados no Concílio Vaticano II. No outro extremo, a *Parte V* retoma a perspectiva global e recorda que crescer como Igreja sinodal missionária requer cuidar da formação de todos os membros do Povo de Deus; a Conclusão, em seguida, recorda uma perspectiva escatológica que orienta a missão comum, na qual todos os membros do Povo de Deus são chamados a colaborar.

Dentro deste quadro de significado, as *Partes II, III e IV* focalizam alguns aspetos concretos da vida da Igreja, formulando propostas para a sua renovação. Em particular: a *Parte II* “é dedicada à conversão das relações que constroem a comunidade cristã e configuram a missão no entrelaçamento de vocações, carismas e ministérios” (DF, 11); a *Parte III* identifica três práticas cruciais para iniciar processos de “transformação missionária” (discernimento eclesial, processos de decisão, cultura da transparência, prestação de contas e avaliação) e sublinha a urgência de uma renovação dos organismos de participação; a *Parte IV* “descreve como é possível cultivar em novas formas o intercâmbio de dons e o entrelaçamento dos laços que nos unem na Igreja, num tempo em que a experiência de estar enraizado num lugar está a mudar profundamente” (*ibid.*), refletindo sobre o papel das Conferências episcopais e das Assembleias eclesiais e sobre o serviço do Bispo de Roma.

3.1. Preservar a visão de conjunto

Mais do que oferecer um resumo dos principais conteúdos do DF, que poderia até se revelar um obstáculo ao acesso ao texto na sua integralidade, se mostra preferível explicar aqui **algumas linhas de força** que o atravessam, que lhe conferem um carácter orgânico e constituem critérios de orientação e avaliação das decisões a tomar. Os passos concretos que forem tomados para pôr em prática as orientações do DF devem estar radicados nesta perspectiva:

- a) em primeiro lugar, o DF propõe **uma perspectiva eclesiológica precisa à qual se deve fazer referência, radicada no Concílio Vaticano II**: “o caminho sinodal está a pôr em prática aquilo que o Concílio ensinou sobre a Igreja como Mistério e Povo de Deus, chamamento à santidade através de uma conversão contínua que vem da escuta do Evangelho” (DF, 5), na certeza de que cada um dos seus membros, homem ou mulher, recebeu o dom do Espírito Santo;
- b) a **missão do anúncio do Reino de Deus**, inaugurada por Jesus e à qual estão chamados todos os batizados, cada um com a especificidade dos seus próprios carismas, vocação e ministério, constitui o eixo central do texto e o seu objetivo final. As reflexões sobre os instrumentos a adotar ou as reformas a implementar devem ser sempre colocadas no horizonte da missão, que é o critério fundamental de todo o discernimento a esse respeito. Em particular, **o DF insiste decisivamente numa Igreja cada vez mais corajosa no sair de si mesma**, tanto que pede que as comunidades sejam concebidas “principalmente ao serviço da missão que os Fiéis realizam na sociedade, na vida familiar e profissional, sem se concentrarem exclusivamente nas atividades que se desenvolvem no seu interior e nas suas necessidades organizativas” (DF, 59);
- c) a **perspetiva relacional** e a **lógica do intercâmbio de dons**, como expressão da catolicidade, tem duas outras linhas de força que percorrem todo o DF e, portanto, orientam sua compreensão e implementação. Isto vê-se claramente na apresentação das figuras dos ministros ordenados, numa relação orgânica uns com os outros e com todo o Povo de Deus (cf. DF, 69-74), ou na descrição dos laços entre as Igrejas locais através da comunhão entre os Bispos;
- d) o **ímpeto ecuménico** representa a extensão da perspectiva relacional e da lógica do intercâmbio de dons. Por isso, não é um simples acrescento opcional, mas sim uma exigência, em relação à qual verificar o dinamismo do próprio caminhar juntos;
- e) finalmente, o DF faz sua a visão conciliar de uma Igreja no mundo, em **diálogo com todos, com outras tradições religiosas** (cf. DF, 41) e **com toda a sociedade** (cf. DF, 42). Crescer como Igreja sinodal capaz de diálogo tem um valor de profecia social que inclui um compromisso com a justiça social e a ecologia integral. Estas dimensões não podem ser negligenciadas na fase de implementação, porque conduzem à criação de oportunidades de diálogo a partir das necessidades concretas dos territórios e das sociedades em que se vive.

Para além das linhas de força acima referidas, o dinamismo que anima o DF, e que a fase de implementação é chamada a assumir, deriva **da articulação contínua de algumas polaridades e tensões** que estruturam a vida da Igreja e o modo como as categorias eclesiológicas a expressam. Listamos aqui algumas dessas polaridades: Igreja inteira e a Igreja local; Igreja como Povo de Deus, como Corpo de Cristo e como Templo do Espírito; participação de todos e autoridade de alguns; sinodalidade, colegialidade e primado; sacerdócio comum e sacerdócio ministerial; ministerialidade (ministérios ordenados e

instituídos) e participação na missão em virtude da vocação batismal sem forma ministerial. A implementação do DF exige enfrentar e discernir essas tensões à medida que surgem nas circunstâncias em que cada Igreja local vive. O caminho não é procurar uma configuração impossível que elimine a tensão em benefício de um dos polos. Pelo contrário, no aqui e agora de cada Igreja local, será necessário discernir qual dos equilíbrios possíveis permite um serviço mais dinâmico da missão. É provável que decisões diferentes sejam tomadas em lugares diferentes. Por isso, em muitas áreas, **o DF abre alguns espaços para a experimentação local**, por exemplo, em matéria dos ministérios (cf. DF, 66; 76; 78), processos de decisão (cf. DF, 94), prestação de contas e avaliação (cf. DF, 101), organismos de participação (cf. DF, 104). Cada uma das Igrejas é convidada a fazer uso dela.

Nas atuais circunstâncias socioculturais, uma destas tensões parece apresentar-se com modalidades particularmente novas e exige um esforço de consciencialização. Por isso, o DF dedica-lhe um parágrafo inteiro, significativamente intitulado “**Enraizados e peregrinos**” (cf. DF, 110-119). Tradicionalmente, é a ligação com um lugar, entendido num sentido espacial e geográfico, que define as Igrejas locais como porções do Povo de Deus e constitui a base do sentimento de pertença das pessoas. Fenómenos como a urbanização, o aumento da mobilidade e da migração e a difusão da cultura digital modificam profundamente a forma como as pessoas experimentam a pertença: esta se refere a redes de relações, mais do que a áreas espaciais, mesmo que a necessidade humana de laços comunitários permaneça firme. De fato, o seu enfraquecimento torna ainda mais urgente **um esforço de criatividade missionária**, que permita à Igreja chegar às pessoas e criar laços com elas onde elas se encontram (cf. *Ibid.*).

Na fase de avaliação, será importante colher os frutos das experiências feitas pelas Igrejas locais ao habitar polaridades e tensões, e os resultados dos esforços de criatividade missionária, com vista ao intercâmbio de boas práticas.

3.2. Investir na concretude das práticas

Escutando o Espírito Santo, permanecendo dentro da visão eclesiológica que o DF recebe do Concílio Vaticano II, o objetivo da fase de implementação é discernir os passos de conversão da cultura, das relações e das práticas eclesiais e, conseqüentemente, de reforma das estruturas e instituições. Este é um ponto crucial de todo o processo: “Sem mudanças concretas a curto prazo, a visão de uma Igreja sinodal não será credível e isso afastará os membros do Povo de Deus que retiraram força e esperança do caminho sinodal” (DF, 94).

O DF enfatiza em várias ocasiões que “cabe às Igrejas locais encontrar modalidades apropriadas para implementar estas mudanças” (*ibid.*), aliás, esta é a tarefa a ser afrontada durante a fase de implementação. Por conseguinte, não é possível indicar, entre as muitas áreas abrangidas pelo DF, aquelas que devem ser consideradas universalmente prioritárias. Circunstâncias locais podem, com toda legitimidade, tornar incontestavelmente importante e urgente abordar um ponto específico que, em outros lugares, não possui a mesma prioridade: pode ser o caso das relações entre a Igreja latina e as Igrejas Orientais Católicas em alguns domínios, ou do impulso ecumênico ou do diálogo inter-religioso noutros, que exigirão dar uma forma peculiar, também estrutural e institucionalizada, ao compromisso de caminhar juntos.

Ao mesmo tempo – e aqui estamos a referir-nos à polaridade da inteira Igreja e da Igreja local mencionada acima – **também está viva a necessidade de avançar juntos**

como Igreja toda. De fato, esta é a principal razão para lançar o processo de acompanhamento e avaliação.

Nesta linha, e sem prejuízo da responsabilidade de cada Igreja local no que diz respeito à implementação das indicações do DF no seu próprio contexto, desde agora, com base no processo do Sínodo 2021-2024, é possível prever que as Igrejas locais serão chamadas a partilhar os passos dados em alguns âmbitos específicos, de acordo com as modalidades e formas que se mostrem mais adequados. Entre esses âmbitos, destacamos:

- a) a promoção da **espiritualidade sinodal** (cf. DF, 43-46);
- b) o **acesso efetivo a funções de responsabilidade** e a papéis de direção que não exijam o sacramento da Ordem, por parte de mulheres e homens não ordenados, sejam Leigas ou Leigos, sejam Consagradas ou Consagrados (cf. DF, 60);
- c) a experimentação **de formas de serviço e de ministério** que respondam às necessidades pastorais em diferentes contextos (cf. DF, 75-77);
- d) a prática do **discernimento eclesial** (cf. DF, 81-86);
- e) a ativação de **processos decisoriais em estilo sinodal** (cf. DF, 93-94);
- f) a experimentação de **formas apropriadas de transparência, prestação de contas e avaliação** (cf. DF, 95-102);
- g) a obrigatoriedade da existência nas Dioceses e nas Paróquias de **organismos de participação** previstos pelo direito, e a renovação das suas modalidades de funcionamento em chave sinodal (cf. DF, 103-106);
- h) a realização regular de **assembleias eclesiais locais e regionais** (cf. DF, 107);
- i) a valorização do **Sínodo diocesano** e da **Assembleia eparquial** (cf. DF, 108);
- j) a renovação em chave sinodal e missionária das **Paróquias** (cf. DF, 117);
- k) a verificação do caráter sinodal dos **percursos de Iniciação Cristã** (cf. DF, 142) e, em geral, de todos os **percursos formativos** e das instituições a eles dedicadas (cf. DF, 143-151).

Esta não é certamente uma lista exaustiva e será posteriormente precisada ao longo do caminho, a partir do *feedback* das Igrejas locais.

4. Com que método e com quais instrumentos avançar na fase de implementação?

A experiência de todo o processo sinodal mostrou como é crucial dispor de um método adequado às questões a abordar. De fato, para a construção de uma Igreja sinodal, o conteúdo e o método coincidem muitas vezes: encontrar-se e dialogar como irmãos e irmãs em Cristo sobre como viver melhor a dimensão sinodal da Igreja é uma experiência da Igreja sinodal que se abre a uma melhor compreensão do tema. Portanto, **o método sinodal não se reduz a uma série de técnicas de gestão dos encontros, mas é uma experiência espiritual e eclesial que implica crescer num novo modo de ser Igreja**, enraizado na fé que o Espírito concede os seus dons a todos os batizados, a partir do *sensus fidei* (cf. DF, 81). Uma vez que não é uma técnica, a metodologia não garante alcançar o resultado desejado, porque isso depende da abertura à escuta por parte daqueles que participam no caminho e da sua disponibilidade de se deixarem transformar pelo Espírito de Cristo em comunhão com os irmãos e as irmãs. Esta é outra dimensão da conversão sinodal para a qual o DF convida toda a Igreja.

4.1. O discernimento eclesial

Os números 81-86 do DF traçam de forma concisa, porém incisiva, o perfil do discernimento eclesial, isto é, do método próprio de uma Igreja sinodal. Será necessário referi-los, conscientes de que “na Igreja existe uma grande variedade de abordagens ao discernimento e de metodologias consolidadas” (DF, 86). A este respeito, é oportuno recordar que a conversação no Espírito – indubitavelmente uma das características distintivas e um dos elementos de sucesso do processo sinodal – merece ser valorizada. Todavia ela não representa o único método sinodal, nem pode ser confundida com o discernimento eclesial, ao serviço da qual se coloca como instrumento e preparação.

Como recorda o DF no número 85, **o discernimento eclesial exige o contributo de competências de vários tipos** para uma leitura mais profunda do contexto e uma identificação mais clara do que está em jogo. Não é fácil para estas contribuições encontrar uma colocação adequada na dinâmica da conversação no Espírito, que é antes de mais um instrumento de encontro, de crescimento nas relações e de passagem do “eu” para o “nós”. Finalmente, uma vez que na fase de implementação será necessário chegar a deliberações concretas com vista à renovação das práticas e das estruturas, **os processos de decisão a este respeito deverão ser plenamente eclesiais, reconhecendo a função peculiar da autoridade**, em particular dos Bispos diocesanos ou eparquiais, que são os primeiros responsáveis pela comunhão nas Igrejas que lhes foram confiadas e entre as Igrejas.

Concretamente, entre as premissas para a realização de um bom processo de discernimento, é fundamental uma definição clara dos objetivos, garantindo que sejam realistas e proporcionais em relação ao tempo disponível, aos espaços utilizáveis e ao número dos participantes envolvidos. Além disso, as disposições iniciais não podem ser ignoradas: é fundamental que cada participante chegue adequadamente preparado e que o contexto favoreça um clima de oração e disponibilidade interior para ouvir e dialogar. Nesta perspetiva, vale a pena recordar o quanto a experiência evidencia a importância e a fecundidade de que os processos sinodais possam contar com **formas adequadas de**

facilitação, envolvendo pessoas preparadas que guardam e adaptam adequadamente o método, evitando curtos-circuitos e permitindo que os participantes se concentrem de forma mais decisiva nas questões sujeitas a discernimento.

4.2. Traçar e acompanhar os processos em estilo sinodal

Estas indicações metodológicas poderão ser declinadas em uma variedade de ocasiões e processos, caracterizados por objetivos diferentes, mas unidos pelo fato de serem realizadas em estilo sinodal. Para os alcançar evitando o risco de improvisação e dispersão, é aconselhável investir na projeção e no acompanhamento destes processos. Aqui indicamos alguns deles, sem qualquer pretensão de exaustividade:

a) processos de discernimento eclesial tanto para identificar as prioridades da missão como para identificar formas e procedimentos de governação adequados a uma Igreja sinodal. Cada uma das duas vertentes tem necessidades específicas que terão de ser tidas em conta na conceção do percurso. A projeção e o acompanhamento destes processos exigirá a disponibilidade de pessoas experientes, capazes de ajudar a implementar as indicações acima formuladas;

b) processos de formação para a sinodalidade de acordo com os estímulos da *Parte V* do DF, também no que diz respeito à variedade de necessidades de formação a serem atendidas e, conseqüentemente, fazendo um esforço para esclarecer os objetivos específicos de cada percurso. Muitas vezes, a metodologia de formação mais eficaz é partilhar e refletir num clima de oração sobre as experiências da Igreja sinodal feitas, permitindo que as suas forças e fraquezas surjam. Por esta razão, a reflexão sobre os processos de discernimento eclesial, sobre os processos de decisão em estilo sinodal ou sobre o funcionamento dos organismos de participação, pode ter um valor formativo mais forte do que um curso organizado segundo modelos tradicionais. Também neste caso será crucial dispor de acompanhadores e facilitadores experientes. Por conseguinte, será também necessário cuidar da formação destas figuras;

c) processos e experiências de escuta e diálogo nas comunidades, a nível local e a nível regional. A experiência demonstrou que as ferramentas digitais também se podem revelar um recurso importante para este efeito. Na lógica já referida, é importante realizar estas experiências num clima de oração e prever um tempo para a reflexão partilhada que permita colher os seus frutos;

d) momentos de celebração, encontro e intercâmbio de experiências entre comunidades dentro de uma Diocese ou entre Dioceses da mesma região. Também neste caso, as ferramentas digitais podem ser úteis, mas não devemos subestimar o potencial de eventos relacionados com a piedade popular, como as peregrinações aos santuários, que muitas vezes reúnem um grande número de pessoas. Como animá-los de tal modo que adquiram um carácter sinodal mais explícito e favoreçam o encontro e o diálogo entre as pessoas?

e) processos e atividades de comunicação, dirigidas tanto às comunidades cristãs como às sociedades em que vivem, utilizando os instrumentos mais adequados a

cada contexto. Será também oportuno explorar as potencialidades dos novos canais de comunicação digital, que constituem hoje para alguns, especialmente para os jovens, verdadeiros ambientes de vida e de construção de vínculos, nos quais fazer ressoar adequadamente o anúncio do Evangelho. A experiência do Sínodo Digital é um recurso a este respeito;

f) percursos de renovação da ação pastoral num contexto concreto ou sobre um tema relevante para cada Igreja local (por exemplo: a promoção de uma participação mais viva na celebração dominical, os percursos catequéticos, o diálogo ecuménico, a integração dos migrantes, o compromisso com o cuidado da casa comum, etc.), implementando iniciativas que tornem tangível o impacto de uma abordagem sinodal e verificando os seus resultados. Isto pode ajudar a concretizar o horizonte da sinodalidade na vida das comunidades;

g) percursos de investigação teológica, pastoral e canónica ao serviço da implementação do Sínodo nas especificidades do contexto local e no diálogo entre as Igrejas. Com este importante serviço, os teólogos e as teólogas “ajudam o Povo de Deus a desenvolver uma compreensão da realidade iluminada pela Revelação e a elaborar respostas idóneas e linguagens apropriadas para a missão” (DF, 67). Daqui resulta também uma particular responsabilidade das instituições teológicas de acompanhar a Igreja a viver cada vez mais plenamente a dimensão sinodal.

O método sinodal permitiu-nos deixarmo-nos surpreender pelo Espírito Santo e colher frutos inesperados na fase de consulta e escuta, bem como durante as sessões da Assembleia sinodal, suscitando o deslumbramento e o entusiasmo de muitos participantes, como demonstram muitos resumos e documentos recebidos: a **comunhão** entre os Fiéis, entre os Pastores e entre as Igrejas foi alimentada pela **participação** nos processos e nos eventos sinodais, renovando o ímpeto e o sentido de corresponsabilidade pela **missão** comum. Isto **autoriza-nos a olhar com confiança para o caminho que nos espera** nos próximos anos, a começar da celebração do Jubileu das equipas sinodais e dos organismos de participação. Já estamos trabalhando para organizar tudo da melhor maneira possível, para que a oportunidade de caminhar juntos fisicamente em direção à Porta Santa se torne uma oportunidade para intercambiar dons e celebrar aquela esperança que não dececiona, a única capaz de alimentar o compromisso de levar adiante, como Igreja sinodal, a missão confiada pelo Senhor Jesus aos seus discípulos.

O Processo Sinodal até 2028

PROCESO DE ESCUCHA,
ENCUENTRO, DIÁLOGO, DISCERNIMIENTO



9-10 de OUTUBRO de 2021

Abertura Mundial do Processo Sinodal



17 de OUTUBRO de 2021

Abertura Local do Processo Sinodal



FASE 1 - A Consulta ao povo de Deus

CONSULTA
LOCAL E NACIONAL



ETAPA CONTINENTAL

DIÁLOGO ENTRE IGREJAS DA MESMA ZONA GEOGRÁFICA



FASE 2 - O discernimento dos Pastores

4-29 de OUTUBRO de 2023
1ª SESSÃO da XVI Assembleia Geral
Ordinária do Sínodo dos Bispos

2-27 de OUTUBRO de 2024
2ª SESSÃO da XVI Assembleia Geral
Ordinária do Sínodo dos Bispos



FASE 3 - A implementação *Por uma Igreja sinodal*

2025

MARÇO Anúncio do processo de acompanhamento e avaliação

JULHO Publicação das *Pistas para a fase de implementação*

24-26 DE OUTUBRO Jubileu das equipas sinodais e dos
órgãos de participação

2025 JUNHO - 2026 DEZEMBRO
Percurso de implementação nas Igrejas
locais e nos seus agrupamentos

2027

PRIMEIRO SEMESTRE
Assembleias de avaliação nas Dioceses e Eparquias

SEGUNDO SEMESTRE
Assembleias de avaliação nas Conferências episcopais
nacionais e internacionais, nas Estruturas hierárquicas
orientais e em outros agrupamentos de Igrejas

2028

PRIMEIRO QUADRIMESTRE
Assembleias de avaliação continentais

OUTUBRO
Celebração da Assembleia
eclesial no Vaticano